

Problema não pára de crescer

O estoque das dívidas tributárias cobradas pelo governo é um problema que só cresce. E fica cada vez mais complicado recuperar o dinheiro: os devedores morrem, mudam de país, as empresas quebram, etc. Parte da dificuldade é causado pelo aumento progressivo da carga tributária, que pode fechar 2004 em 36,84% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma das riquezas produzidas no país), segundo estimativa da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Segundo a Secretaria da Receita Federal, a dívida total de empresas e de pessoas físicas com o governo brasileiro é de R\$ 580,6 bilhões, pouco mais de dois anos inteiros de arrecadação de tributos e contribuições federais. As empresas são responsáveis por cerca de 80% dos débitos — os outros 20% ficam por conta das pessoas físicas. O tributo campeão das inscrições na dívida ativa é a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), cujo crédito é de R\$ 57 bilhões, quase 10% do total.

O ranking continua com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com R\$ 25 bilhões, e o Imposto de Renda das empresas (IRPJ), com R\$ 23 bilhões. A dívida com o IR das pessoas físicas é de R\$ 12 bilhões. O estado de São Paulo concentra mais ou menos metade da dívida ativa nacional.

Normal

Na interpretação dos técnicos da Receita, o nível de sonegação do contribuinte brasileiro não é excepcional em relação a outros países, mesmo convivendo com uma carga tributária muito pesada. Outro estímulo para fugir dos impostos e contribuições é o baixo risco de prisão por não pagamento. Os especialistas do governo entendem que há um reconhecimento tácito da Justiça de que a detenção é uma punição exagerada para o um devedor do fisco, e menos de 1% dos sonegadores chega a ser preso.

Para mudar a cultura nacional, os agentes federais consideram que a coerção é um bom instrumento, a exemplo das medidas mais duras que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional pretende implantar. Como referência está a baixa tolerância para com os sonegadores encontrada outros países, como os Estados Unidos.

Para tornar viável o resgate de parte dos impostos atrasados, a União permite o parcelamento da dívida para quem se dispõe a pagar. Ao todo, os programas deste tipo permite a recuperação em torno de R\$ 5,5 bilhões por ano em tributos e contribuições não-recolhidos, número considerado satisfatório.